



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
“Deus seja louvado”



PROJETO DE LEI Nº ____/2026

Dispõe sobre a proibição do acorrentamento de cães e gatos no município de Vila Velha e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, Estado do Espírito Santo, no uso legal de suas atribuições previstas no art. 10, § 1º, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º

Fica proibido, no âmbito do município de Vila Velha/ES, o **acorrentamento, confinamento contínuo ou permanente de cães e gatos**, de forma que restrinja sua liberdade de locomoção e bem-estar.

Art. 2º

Para os fins desta Lei, entende-se por:

I – **Acorrentamento**: qualquer meio de restrição permanente ou rotineiro da liberdade de locomoção do animal, através de correntes, cordas, cordéis, fios ou similares, impedindo-o de movimentar-se livremente;

II – **Confinamento inadequado**: alojar o animal em espaço que não comporte tamanho, higiene, abrigo contra intempéries, alimentação e água potável adequadas;

III – **Livre locomoção**: acesso ao espaço necessário para caminhar, brincar,





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
“Deus seja louvado”



descansar, fazer necessidades e interagir socialmente.

(Definições adaptadas de outros projetos similares já existentes.)

Art. 3º

Sem prejuízo de outras disposições legais, **é permitida a contenção temporária** do animal mediante coleira peitoral ou sistema de movimentação tipo “vaivém” (ou similar), desde que:

- I – seja de duração **curta e justificada**, como limpeza, visita ao local, atividades veterinárias ou breve permanência durante passeio externo;
- II – o animal esteja **abrigado do sol, chuva, calor ou frio excessivo**;
- III – tenha acesso a **água potável e alimentação adequadas**;
- IV – o espaço permita movimentos essenciais para o bem-estar do animal.

(Medidas comuns em leis municipais e estaduais de proteção animal.)

Art. 4º

A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada pelos órgãos municipais competentes, especialmente a **Secretaria de Meio Ambiente, Bem-Estar Animal ou similar**, em parceria com a Defesa Civil e Vigilância Sanitária.

Art. 5º

O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará, ao infrator, as seguintes **sanções administrativas**:

- I – **Advertência por escrito** em caso de primeira infração;
- II – **Multa progressiva** em caso de reincidência;
- III – Outras penalidades previstas na legislação municipal de proteção animal.





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

“Deus seja louvado”



(Valores de multa podem ser definidos em regulamento específico do Executivo municipal.)

Art. 6º

Esta Lei entra em vigor **90 dias** após sua publicação, ficando o Poder Executivo autorizado a regulamentá-la no prazo de até **60 dias**.

Vila Velha/ES, 23 de janeiro de 2026.

DEVA FERREIRA

Vereador





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
"Deus seja louvado"



JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem como objetivo **proibir o acorrentamento contínuo ou permanente de cães e gatos no Município de Vila Velha**, prática que viola princípios básicos de bem-estar animal e configura, em muitos casos, **maus-tratos**, nos termos da legislação vigente.

Manter animais acorrentados de forma rotineira ou permanente compromete sua **liberdade de locomoção**, causa sofrimento físico e psicológico, podendo gerar ferimentos, estresse, agressividade, depressão, além de aumentar riscos à saúde pública. Tal conduta afronta o dever de cuidado e guarda responsável que deve ser observado por todo tutor.

A **Constituição Federal**, em seu artigo 225, §1º, inciso VII, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de **proteger a fauna**, vedando práticas que submetam os animais à crueldade. No mesmo sentido, a **Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais)** tipifica como crime os atos de abuso e maus-tratos contra animais, reforçando a necessidade de políticas públicas preventivas.

Diversos municípios e estados brasileiros já avançaram na regulamentação do tema, reconhecendo que o acorrentamento contínuo não pode ser considerado forma aceitável de contenção animal, salvo em situações **excepcionais, temporárias e justificadas**, devidamente delimitadas em lei.

O presente Projeto de Lei não impede a guarda de animais em residências, tampouco inviabiliza a segurança dos tutores, mas estabelece **critérios mínimos de dignidade, bem-estar e proteção**, permitindo apenas a contenção temporária, desde que observadas condições adequadas de abrigo, alimentação, água potável e espaço para movimentação.





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

"Deus seja louvado"



Assim, esta iniciativa busca alinhar o Município de Vila Velha às **boas práticas de proteção animal**, fortalecendo a política municipal de bem-estar animal, promovendo a educação quanto à guarda responsável e reafirmando o compromisso do Poder Público com a dignidade dos animais e a saúde coletiva.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente propositura.

DEVA FERREIRA

Vereador



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200390030003700350039003A005000

Assinado eletronicamente por **VEREADOR DEVANIR FERREIRA** em **23/01/2026 16:28**

Checksum: **50B4B67C2640F508781804F01E470A490DA8A91F66CD071FCF7551F56DB7E7A4**



Autenticar documento em <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 3200390030003700350039003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.